

Alexandre Teixeira Jorge

**ANTECIPAÇÃO
TRIBUTÁRIA
SEM
SUBSTITUIÇÃO
NO ICMS**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Alexandre Teixeira Jorge

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patrícia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

J82a

Jorge, Alexandre Teixeira
Antecipação tributária sem substituição no ICMS / Alexandre Teixeira
Jorge. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
254 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 229-237.

ISBN 978-65-5510-097-6

1. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
(ICMS). 2. Federalismo fiscal. 3. Antecipação. 4. Direito tributário. 5. Cons-
titucionalidade. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	9
1 O ICMS e o Federalismo Fiscal Brasileiro	13
1.1 A discriminação de rendas tributárias na constituição federal de 1988.....	13
1.2 A unidade econômico-política do território nacional e seus reflexos em matéria tributária.....	15
1.3 O ICMS	17
1.3.1 A gênese do ICMS.....	17
1.3.2 As hipóteses de incidência do ICMS.....	20
1.3.3 O ICMS – circulação de mercadorias.....	21
1.3.4 O ICMS na Constituição Federal de 1988	24
1.3.5 O ICMS na Lei Complementar nº 87/96	27
2 A antecipação tributária	33
2.1 Espécies de antecipação tributária: substituição tributária “para frente” e antecipação tributária sem substituição.....	33
2.2 Histórico da antecipação tributária com substituição no Brasil	38
2.3 Histórico da antecipação tributária sem substituição no Brasil.....	51
2.4 Aplicação do regime de antecipação tributária sem substituição nos dias atuais	76
3 O regime de antecipação tributária sem substituição no âmbito do ICMS	83
3.1 A cobrança antecipada do ICMS em face do próprio contribuinte e os diversos regimes adotados pelos Estados.....	83

3.2 A adoção da antecipação tributária sem substituição acompanhada de medidas administrativas restritivas da atividade econômica do contribuinte.....	88
3.3 O alcance do artigo 150, §7º da Constituição Federal de 1988.....	109
3.4 A problemática em torno da reserva de lei complementar.....	134
3.5 Necessidade de observância de princípios constitucionais tributários gerais e específicos do ICMS.....	157
3.6 Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	167
3.7 Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	184
4 A inconstitucionalidade da antecipação tributária sem substituição no âmbito do ICMS	197
4.1 O artigo 150, §7º da Constituição Federal de 1988.....	197
4.1.1 Ausência de previsão da antecipação tributária sem substituição	197
4.1.2 A inaplicabilidade do artigo 37, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, para efeitos de antecipação tributária.....	200
4.2 A reserva de lei complementar para o trato da matéria.....	202
4.2.1 Existência de conflito de competência por via oblíqua entre os Estados	203
4.2.2 Regular limitação constitucional ao poder de tributar	206
4.2.3 Normas gerais em matéria de legislação tributária.....	207
4.2.4 Tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte	208
4.2.5 A questão da intertemporalidade	209
4.3 Princípio da legalidade tributária	212
4.4 Princípios da anterioridade de exercício e nonagesimal.....	214
4.5 Princípios da isonomia e da capacidade contributiva	215
4.6 Princípios da não discriminação tributária em razão da origem ou destino e da liberdade de tráfego	218
4.7 Princípios da não-cumulatividade, da neutralidade e da seletividade.....	220

Considerações finais.....	223
Referências.....	229
Apêndice A – Legislações analisadas.....	239